N.º 18—15 de Maio de 1915

A IDEIA NACIONAL

Director — HOMEM CHRISTO FILHO

N.º 18 15 de Maio de 1915 ANNO 1.º

A IDEIA NACIONAL

REVISTA POLITICA BI-SEMANAL

Director — HOMEM CHRISTO FILHO

SUMMARIO

EDITOR-ADMINISTRADOR: Antonio Rocha. Propriedade de Homem Christo Filho. Redacção, administração e officinas de comp. e imp. Rua de Arnellas — AVEIRO. Escriptorio em Lisboa — R. da Emenda, 30.

Escrevem n'A IDEIA NACIONAL:

Ramalho Ortigão

Conselheiro Ayres de Ornellas

Homem Christo
(Cartas de Longe)

Conselheiro Luiz de Magalhães
(Politica Interna)

Alfredo Pimenta
(Philosophia Politica)

Conselheiro José de Azevedo Castello Branco
(Questões Diplomaticas)

João do Amaral
(O Meu Diario)

Conde de Sabugosa

Conselheiro D. Luiz de Castro

Lourenço Cayolla
(Questões coloniaes)

Antonio Emilio d'Almeida Azevedo
(Questões Juridicas)

Rocha Martins

Conselheiro Anselmo Vieira
(Questões Financeiras)

G. Jean Aubry
(Questões Extrangeiras)

Alberto Pinheiro Torres
(Questões Religiosas)

Victor Falcão
(Notas Politicas)

Etc., etc.

Toda a correspondencia relativa a esta Revista deve ser dirigida ao DIRECTOR. — Cada exemplar d'A IDEIA NACIONAL custa 50 reis.

Revista Politica

POR

HOMEM CHRISTO FILHO

O Imperio da Demagogia

Os acontecimentos passados em Coimbra, Lisboa, Santarem e Loures, durante esta semana, provam, em primeiro logar, que a demagogia não desarma, em segundo logar que o governo não quer ou não pode domina-la, em terceiro logar que os tres partidos da Republica rivalisam em sectarismo, sendo difficil estabelecer qual d'elles bate o *record* da odiosa intolerancia politica que tem sido a principal caracteristica d'este regimen abjecto.

Aos acontecimentos de Coimbra assistimos nós. Presenceámo-los passo a passo e verificámos com indignação que os inspiraram e dirigiram, que tomaram activamente parte n'elles republicanos graduados de todos os matizes, desde o professor da Universidade Angelo da Fonseca e o droguista Rodrigues da Silva, marechaes evolucionistas, até aos democraticos Antonio Leitão e Floro Henriques, dois canalhas da peor especie que nós vimos no meio da garotada que apedrejava os automoveis dos chefes monarchicos a commandar os arruaceiros e a injuriar e espancar os nossos correligionarios indefezos.

Da parte dos monarchicos não podia haver e não houve o minimo acto de provocação.

Quando, ás dez horas e meia da manhã atravessámos

a cidade de automovel para ir esperar á estação velha os nossos illustres correligionarios snrs. João d'Almeida, o heroe dos Dembos e dr. Antonio Emilio d'Almeida Azevedo, já se notava no largo de Samsão movimento desusado. Quando, meia hora depois, atravessámos esta praça com os nossos amigos recem-chegados, a caminho do Hotel, apassagem do nosso automovel foi saudada com injurias proferidas cautelosamente, a medo, porque os arruaceiros não se julgavam ainda em numero sufficiente para nos insultarem em voz alta. Mais adeante, na Rua Ferreira Borges, esperava-nos um grupo á frente do qual se encontrava o democratico Antonio Leitão, que soltou um grito de *abaixo os traidores* a que não respondemos, que não castigámos esbofeteando a face deslavada do impudico tratante, porque não queriamos dar pretexto, em attenção ás auctoridades do districto, a qualquer alteração da ordem publica.

Momentos depois chegavam, no rapido de Lisboa, os nossos illustres amigos snrs. Conselheiros Ayres de Ornellas, José de Azevedo Castello Branco, Antonio Cabral, José Jardim, Condes da Ponte e de Vinhó e Almedina que vinham tomar parte, como os primeiros, na sessão solemne do Centro Academico e no banquete dos collaboradores da *Ideia Nacional.* Esperavam-nos na estação algumas centenas de estudantes que saudaram a chegada do comboio com uma vibrante salva de palmas e muitos vivas *á Patria* e a Paiva Couceiro, Ayres de Ornellas, João d'Almeida, Azevedo Coutinho, José d'Azevedo e ao auctor d'estas linhas. Nenhum d'estes vivas podia ser considerado subversivo, a não ser que os republicanos de Coimbra solidarios com Affonso Costa que vendeu Angola aos allemães e recebeu dinheiro do Principe de Monaco para impedir o jogo em Portugal, com todos os seus correligionarios graduados que teem levado o paiz á ruina e á deshonra no interior e no exterior e nos arrastam conscientemente á perda fatal e inevitavel da nossa independencia, a não ser, repetimos, que os republicanos de Coimbra, coherentes pela primeira vez na sua vida, considerem subversivos os gritos de *Viva a Patria* com que a Academia Monarchica de Coimbra atroou os ares no domingo passado, saudando com essas tres pa-

lavras que dizem mais que todos os discursos e todos os programmas, a chegada áquella cidade dos vultos mais eminentes do seu partido.

A' sahida da estação já se encontravam alguns *formigas* que respondiam aos gritos de *Viva a Patria* da Academia com outros de *Viva a Republica*, *Abaixo os traidores*, *A' morte os canalhas* e gestos obscenos, gritos e gestos que passavam quasi despercebidos no meio das estrondosas ovações dos estudantes que eram em numero de perto de mil. Os manifestantes acompanharam-nos até ao Palace Hotel, situado em frente da estação, dispersando em seguida na melhor ordem sem tocarem nos discolos que tinham vindo perturbar com insultos e grosserias uma manifestação ordeira, e que elles poderiam ter esmagado, quebrando os ossos aos mais atrevidos, se lh'o não tivessem impedido a sua natural generosidade e o desejo de evitar conflictos que poderiam servir de pretexto aos arruaceiros para provocarem conflictos mais graves.

Depois de almoçarem no Palace Hotel os senhores Conselheiros Ayres de Ornellas, José de Azevedo, Antonio Cabral, José Jardim, Condes da Ponte e Vinhó e Almedina, Dr. Antonio Emilio d'Almeida Azevedo, João d'Almeida e nós tomámos logar em tres automoveis que eram esperados poucos metros adeante do Hotel por um grupo de arruaceiros á frente do qual se encontrava o droguista Rodrigues da Silva, *evolucionista graduado*, que iniciou os apupos com um grito de *abaixo os traidores* a que se seguiram outros mais violentos ainda ao longo das ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz onde se encontrava mobilisada toda a *formiga* de Coimbra, armada de cacetes com que nos ameaçavam, tornando difficil a marcha dos automoveis. Embora prevenidos para todas as eventualidades e dispostos a vender cara a nossa vida, nenhum de nós esboçou sequer um gesto de resistencia, mantendo a mais absoluta serenidade e sorrindo aos improperios e ameaças da turba-multa de vadios, engraxadores e *souteneurs* que Floro Henriques, Antonio Leitão, Eduardo Braga, Gandarez, Almeida Silvano, Angelo da Fonseca e o droguista Rodrigues da Silva incitavam e dirigiam.

Cerca das duas e meia da tarde os automoveis davam entrada na rua do Correio, onde se devia realisar no Theatro Souza Bastos, a sessão solemne de reabertura do Centro Monarchico Academico. Ao entrar n'esta rua os automoveis foram alvo d'uma chuva de pedras, uma das quaes attingiu na cabeça, felizmente protegida pelo chapeu de côco, o snr. Conde de Vinhó e Almedina e outra o nosso prezado e valioso correligionario snr. João de Menezes Parreira que guiava o primeiro automovel e ao lado de quem nós tinhamos tomado logar. Este nosso amigo teve que ir curar-se a uma pharmacia, sendo-lhe cozido o ferimento com nove pontos naturaes.

Durante a sessão não houve o menor incidente desagradavel. Os discolos, a quem teria sido facilimo introduzir-se no theatro, não levaram tão longe a sua audacia; elles bem sabiam que se apparecessem quando a Academia estivesse reunida levariam uma lição mestra que lhes tiraria a vontade de promoverem novos tumultos.

Quando terminou a sessão, que decorreu brilhantissima, no meio do mais delirante enthusiasmo, os estudantes retiraram tranquillamente para suas casas, como os oradores, animados sempre do desejo de não dar motivo a quaesquer represalias da parte do governo ou das auctoridades, lhes tinham pedido. Os chefes monarchicos retiraram tambem de automovel, convencidos de que a policia teria tomado as medidas necessarias para evitar qualquer aggressão da turba assalariada. E foi exactamente n'este momento, quando se dirigiam para o hotel afim de tomarem parte no banquete d'*A Ideia Nacional,* que os automoveis em que seguiamos com os nossos collaboradores e amigos foram apedrejados e alvejados a tiro, ficando ferido na cabeça o snr. Conde de Bertiandos. O automovel occupado pelos snrs. Conselheiros Ayres de Ornellas e Antonio Cabral, João de Almeida, Luiz d'Almeida Braga, João do Amaral, Augusto Morna e o auctor d'estas linhas teve que recolher á *garage* da Empreza Automobilista Portugueza onde nos conservámos durante duas horas e meia assistindo aos actos da mais inverosimil selvageria, como foram a aggressão dos snrs. Drs. Antonio Sardinha, Mario de Aguiar, Alvaro de Mattos

e alguns academicos que despreoccupadamente se dirigiam, a pé, para o Palace Hotel.

Durante duas horas consecutivas, repetimos, a ralé de Coimbra, comandada por Floro Henriques, Kemp Serrão, capitão Brusco, Tavares de Carvalho, Silvano, Antonio Leitão, Rodrigues da Silva, etc., insultou, espancou, apedrejou e alvejou a tiro alguns dos mais eminentes homens publicos portuguezes e dedicados e pacificos correligionarios nossos que atravessavam a pé, inteiramente sós e desarmados, as ruas da cidade, sem que da nossa parte tivesse havido um só grito subversivo ou o menor acto de provocação. Durante duas horas um bando de maltrapilhos de pé descalço, sem eira nem beira, satisfizeram sobre pessoas indefezas os seus instinctos sanguinarios de criminosos de direito commum, sem que a policia ou a tropa os castigasse como mereciam, chegando até a disparar sobre o snr. major Costa Cabral, commissario de policia, que nunca podia ser accusado de excessivo rigor mas apenas d'uma extrema e paciente complacencia, tres tiros de revolver.

São estes miseraveis, scellerados da peor especie, commandados por officiaes á paisana e membros graduados das tres quadrilhas republicanas e incitados por uma imprensa mais criminosa ainda, que ousam, no dia seguinte aos vergonhosos acontecimentos que estamos narrando, exigir do governo a demissão das auctoridades que lhes permittiram todos os excessos e todas as violencias e injuriar os monarchicos que no uso d'um direito elementar fazem ordeiramente a propaganda das suas ideias, acatando as leis e soffrendo sem resistencia os ultimos vexames!

Não pode ser, senhor presidente do ministerio. V. Ex.ª prometteu fazer respeitar os nossos direitos, garantir as nossas liberdades, pôr termo á tyrannia demagogica. Desde que V. Ex.ª tomou conta do poder não houve da parte dos monarchicos um unico gesto de rebeldia, um unico acto que entravasse a sua acção ou prejudicasse as suas intenções nobilissimas. Nós não faltamos a nenhum dos compromissos tomados e quer na imprensa quer nas tribunas das nossas associações não deixámos de affirmar o nosso desejo de cooperar lealmente com V. Ex.ª no restabelecimento da or-

dem publica que nunca perturbámos nem perturbaremos emquanto nos não convencermos de que só nos resta a revolução como unico meio de vencer a tyrannia das oligarchias e dos bandos.

Mas os acontecimentos de Coimbra que se repetiram já em Lisboa, em Santarem e em Loures, fazem-nos acreditar que V. Ex.ª hesita e recua perante a demagogia, cuja unica força vem da extrema condescendencia dos contrarios. N'esse caso, desde que V. Ex.ª falte ás promessas expontaneamente feitas, *a lucta legal é impossivel.* Nós não podemos continuar a ser impunemente injuriados e aggredidos nas ruas só porque somos monarchicos e vemos na restauração do antigo regimen o unico meio de salvar esta Patria arruinada e deshonrada por quatro annos de tyrannia demagogica.

Ou V. Ex.ª, de posse do poder e com o apoio incondicional do exercito, tem força para reprimir os arranques cannibalescos da horda de sicários que ha quatro annos vem perturbando a vida nacional, e se resolve a pôr termo a esta desordem perenne que nos está deshonrando aos olhos de todo o mundo civilizado, ou só nos resta o recurso desesperado de nos defendermos a nós proprio, por todos os meios, á dentada, á paulada, á facada ou a tiro, luctando *até ao fim* porque assim no-lo impõe o interesse supremo d'esta patria agonisante e o nosso proprio instincto de conservação.

Pela nossa parte estamos disposto a cumprir o nosso dever até ao fim, convencido de que vale a pena fazer mais este sacrificio, encetar mais esta cruzada, tentar mais este esforço para salvar a Causa de Deus, da Patria e do Rei.

Ainda nos não falleceram as forças. Ainda não vacillou o braço humilde que maneja esta penna. Ainda não tremeu a chamma de fé que brilha dentro d'este peito nem arrefeceu o enthusiasmo que nos atirou para a primeira fila dos combatentes. E cá vamos luctando, avançando sempre, galgando obstaculos, vencendo difficuldades, sem um desanimo, sem um desfallecimento, auscultando o coração do paiz, vendo com satisfação formar-se nucleos poderosos de almas

sãs, espiritos fortes, promptos a trocar a vida pela vida da Patria e a sacrificar-se em holocausto á obra immensa da redempção nacional.

Mas é necessario que atraz d'esses nucleos outros nucleos se formem, que outros soldados venham preencher os logares deixados vagos pelas baixas produzidas nas nossas fileiras e que um grande movimento nacional, esmagador, irresistivel, secunde os nossos esforços e apoie vigorosamente as avançadas do exercito libertador.

N'esta hora grave, n'esta hora solemne em que os jornalistas monarchicos, sósinhos em campo, fazem frente ás investidas cobardes e traiçoeiras do inimigo commum, é indispensavel que o paiz os não abandone um só momento, não distráia um só instante a attenção que as circunstancias reclamam nem falte ao cumprimento de nenhum dos deveres que a situação impõe.

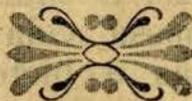
Unidos, disciplinados e confiantes a victoria será nossa. Toquem os clarins a reunir e que em cada cidade, em cada villa, em cada aldeia, os bons portuguezes se juntem, sob as pregas da bandeira immortal e demonstrem com actos, não com meras palavras declamatorias e inuteis, que sabem fazer respeitar os seus direitos e não faltam ao cumprimento dos seus deveres.

Não basta que cada um de nós se diga monarchico e patriota e commente desfavoravelmente, ao chá da familia ou n'uma roda de amigos, a republica e os seus homens. E' preciso que mostremos, com actos, que somos monarchicos e que somos patriotas. E' indispensavel que em todas as minimas acções da nossa vida confirmemos concretamente as nossas palavras e luctemos efficazmente pelo triumpho das ideias que sinceramente professamos. E' necessario luctar, dia a dia, hora a hora, *é preciso vencer.* E' uma questão do mais elementar pudor, da mais simplista sensibilidade moral e da mais rudimentar intelligencia.

Ninguem deseja mais do que nós, repetimos ainda uma vez, que o snr. general Pimenta de Castro se resolva a tomar o passo á demagogia e nos liberte definitivamente d'esse pezadello. Ainda não perdemos inteiramente a con-

fiança nas suas apregoadas virtudes de coragem e energia civica.

Mas se esta nova experiencia falhar, como os factos parecem indicar, tanto peior para a republica. Não desanimaremos por isso. Será apenas mais uma desillusão e esta Patria ha-de salvar-se, *quand même!*

Deus o quer e nós o queremos.

Questões Juridicas

POR

A. E. D'ALMEIDA AZEVEDO

CONSTITUIÇÃO INGLEZA

IV

A Constituição da Republica Portugueza garante solemnemente a portuguezes e extrangeiros residentes no paiz a *inviolabilidade* dos direitos concernentes á liberdade e á segurança individual; declara que ninguem pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma cousa senão em virtude da lei, e que á excepção de flagrante delicto não poderão fazer-se prisões senão por ordem escripta da auctoridade competente e em conformidade com a expressa disposição da lei.

Segundo a mesma Constituição compete ao Congresso declarar em estado de sitio, com suspensão total ou parcial de garantias constitucionaes, um ou mais pontos do territorio nacional.

Não estando reunido o Congresso tem o Governo aquella faculdade, restricta porem, emquanto á repressão pessoal, a impôr a detenção em lugar não destinado aos reus de crimes communs.

As prisões em massa, effectuadas já depois de promulgada a Constituição da Republica pelos bandos a soldo do Governo, a duração d'essas prisões sem culpa formada, e a mistura de presos politicos com assassinos e ladrões, são factos que ficarão para sempre memorados. Elles revoltaram a consciencia dos paizes cultos e mostram claramente o que valem farrapos de papel.

Na Inglaterra, onde a segurança individual é absoluta, para encontrarmos cousa parecida com aquellas declarações solemnes, temos de

remontar á Magna Charta, que o Rei João, contemporaneo do nosso D. Affonso 2.º, foi obrigado a conceder, em Junho de 1215, aos barões acampados com a sua gente na frente do Rei em armas, apenas separados pelo rio Tamisa. Temos de remontar ainda á chamada Petição de Direito, na qual os Communs declararam os seus aggravos recusando-se a auctorisar os impostos até se lhes conceder provimento.

A firmeza das duas Casas do Parlamento alcançou plena satisfação do Rei Carlos I, contemporaneo de Filippe 3.º (4.º de Hespanha) em Junho de 1628.

Estes diplomas marcam epochas notaveis na historia do Direito Constitucional Inglez, porque resolveram gravissimos conflictos entre o Rei e vassalos.

Mas não é d'elles que datam as garantias individuaes; essas garantias já existiam, e aquelles diplomas só as registam e reconhecem como *lei do paiz.*

Podiam as alterações politicas eclipsal-as durante algum tempo mas logo surgia e se impunha como regra suprema *the rule of law.*

Os tribunaes ordinarios, constituidos por juizes e jurados, eram o seu principal baluarte.

Os cidadãos offendidos encontravam n'elles a protecção necessaria ou por meio de *acções* contra os offensores, ou recorrendo ao *habeas corpus.*

A victima de uma prisão illegal tinha e tem deante de si dois caminhos abertos — ou fazer punir os auctores da prisão, ou exigir-lhes indemnisação de perdas e damnos.

Todos os funccionarios publicos, e até os officiaes militares que condemnassem pessoas não sujeitas á lei militar responderiam egualmente perante os Tribunaes ordinarios, não lhes servindo de justificação provar que procederam em virtude da obediencia aos superiores legitimos.

Cada um responde pelos seus actos e sobre esta regra assenta como já notei a propria responsabilidade ministerial.

A mais leve offensa encontra juizes promptos para a considerar attentamente e para manter o prestigio da lei.

Mas estas acções serviriam de pouco se os cidadãos não tivessem maneira de obstar á continuação de uma prisão illegal.

Tem-na e efficaz, é o *Habeas Corpus.*

Em um livro celebre *Ce que demande la Cité* o actual Presidente da Republica Franceza expoz com a clareza que caracterisa as obras dos

melhores auctores d'aquelle paiz o que é e como funcciona a Constituição Franceza.

A paginas 28 lê-se:

«Les Anglais au contraire, avaient, bien avant nôtre Revolution, «des lois protectrices de sureté individuelle. C'est ce qu'ils appellaient, «en latin, l'habeas corpus. En d'autres termes la loi veut *que tu aies «ton corps* que l'Etat n'ait pas le droit de le prendre sans une impe«rieuse necessité sociale et sans une application regulière des lois».

Quando a traducção do livro appareceu publicada os inglezes não quizeram acreditar que isto fosse erro do original, e attribuiram-no amavelmente á traducção...

Habeas Corpus não quer dizer semelhante cousa.

E' um mandado dirigido por um juiz ao responsavel por um preso — seja elle commandante militar ou chefe civil, ordenando-lhe em nome do Rei que lhe apresente *o corpo d'esse preso* immediatamente, ou em determinado dia e hora no seu Tribunal com a data e motivo da prisão.

E' este o *Habeas corpus ad subjiciendum* estabelecido de tempos immemoriaes no direito inglez e regulado em 1679 pelo Habeas Corpus Act emquanto aos presos por motivo de algum crime, e em 1816 por uma nova lei emquanto aos presos por outro qualquer motivo.

A lei de 1679 assim como a de 1816 são leis de processo, pelas quaes se estabeleceu o modo pratico de pôr em movimento os Tribunaes e de os fazer respeitar.

Segundo estas leis os juizes que negarem o mandado de habeas corpus ficam sujeitos á multa de 500 libras e as pessoas que lhes não obedecerem, não só incorrem em multas pezadissimas, mas podem ser immediatamente presas pelo processo de *contempt of court* em que os juizes procedem summariamente ouvindo os desobedientes e proferindo logo sentença, sem intervenção do jury.

Que differença fundamental nos separa então de Inglaterra e porque é um farrapo a nossa Constituição e não o é a Constituição Ingleza?

Ponhamos de parte a questão de raça que para Gustavo Le Bon seria a principal.

Sob o ponto de vista das instituições, a differença consiste a meu vêr em que lá essas garantias são um elemento politico da nação e depois de grandes luctas identificaram-se de tal modo com o caracter inglez que elles não concebem que se possa viver dignamente sem ellas.

São a honra e orgulho da sua patria!

O seculo XVII trouxe-nos com a nossa independencia e com as guerras de Hespanha o engrandecimento do poder real.

O mesmo, por motivos identicos, a necessidade de centralisar e fortalecer o Estado, aconteceu em França e em outras nações do Continente, mas não na Inglaterra.

Ahi as luctas politicas produziram homens que acharam modo de equilibrar as forças provenientes do Rei, dos barões e representantes do povo e estabeleceram assim os alicerces da grandeza do paiz.

Defendeu as prerogativas da Coroa o maior espirito da epoca — Lord Bacon, um grande reformador scientifico.

Representou o partido conservador e legalista, que era o partido popular, o celebre juiz Coke.

Sir Edward Coke perdeu o seu lugar e soffreu uma longa prisão por ter defendido nobremente a independencia das funcções judiciaes; outros soffreram tambem; mas os Tribunaes conquistaram a sua independencia, e a sua jurisdicção nem é limitada pelo contencioso administrativo, nem pela regra da separação dos poderes que no continente poz de facto o poder judicial em uma situação subalterna em relação ao executivo.

Ao espirito subtil de Montesquieu escapou esta supremacia do poder judicial em Inglaterra e a sua theoria da divisão dos poderes, embora errada como exposição dos factos que se passavam na Inglaterra, veio a ser n'este importante assumpto a fonte das modernas Constituições da Europa.

Que funestas consequencias não tem derivado d'este erro!

Referi-me no artigo anterior aos bills de indemnidade pelos quaes se justificam os actos do Governo e das auctoridades, que a respeito de determinados crimes e seus agentes offenderam as garantias individuaes.

Correspondem esses bills á suspensão de determinadas garantias.

Preciso porem explicar que esta suspensão compete não aos Governos, mas ao Parlamento.

A faculdade que a Constituição da Republica Portugueza dá ao Governo quando não está reunido o Congresso, de suspender as garantias, não a tem o Governo de Inglaterra.

Tal suspensão, sempre restricta a determinados crimes e seus agentes, pertence n'aquelle paiz exclusivamente ao Parlamento e faz-se por meio de leis que se chamam *Suspension Acts.*

Estas leis não isentam de responsabilidade criminal ou civil pela violação das garantias individuaes; o seu effeito é obstar a que na vigencia d'ellas os presos possam recorrer ao Habeas Corpus e intentar acções para exigir aquella responsabilidade.

Terminada vigencia do *Suspension Act* poderiam porem os offendidos recorrer ao Habeas Corpus, se ainda estivessem presos, e instaurar as acções para exigirem uma ou outra responsabilidade.

Os bills de indemnidade é que por sua vez obstam a estas acções e cobrem assim o Governo e as auctoridades.

No meu estudo Refórma Judiciaria (Porto, 1908) defendi a intervenção do jury especialmente no julgamento de crimes politicos.

A Constituição da Republica Portugueza, artigo 59, adoptou a minha opinião, mas o primeiro acto dos Governos republicanos logo que viram que o jury era uma garantia de ordem e de justiça e não sanccionaria os excessos commettidos, foi saltar por cima da Constituição e estabelecer tribunaes especiaes que acceitaram e cumpriram a missão imfamissima de condemnar sem provas os suspeitos de crimes politicos.

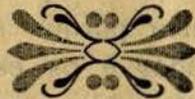
Se a Republica tivesse respeitado os tribunaes instituidos e consagrados pela sua propria Constituição, quantos vexames, quantos sacrificios, e que grandes vergonhas nacionaes não se teriam evitado!

Antonio Emilio d'Almeida Azevedo.

Nota da Redacção—Vejam-se os artigos anteriores nos n.os 1, 5 e 10. O V artigo sahirá n'um dos proximos numeros.

Philosophia Politica

POR

ALFREDO PIMENTA

Pacifismo e Militarismo

Andam um pouco na discussão, em Portugal, as velhas theses do Pacifismo e Militarismo, como se, em verdade, n'esta altura da vida, e deante da experiencia da epocha presente, ainda fosse permittida tal ou qual duvida sobre a verdade real d'essas theses. A fallencia do Pacifismo é eloquente de mais para que seja preciso estarmos a accentua-la e a documenta-la — pois nos basta olhar a Europa no momento presente, para sabermos de que lado estava a razão: se do lado dos que prégavam a guerra, se do lado dos que prégavam a paz. Ainda mesmo admittindo que a guerra seja um cataclismo geral, prejudicial para todos os que n'ella entram e seus reflexos soffrem, ainda admittindo essa affirmativa, nós entendemos que o melhor modo de a evitar, é prégar a guerra e preparar a guerra. A paz, não nos cansaremos jámais de o dizer, não é mais do que um preparativo para o conflicto. E' na paz que se forjam as armas guerreiras, que se temperam as habilidades diplomaticas, que se exercitam as forças militares, e se experimentam as capacidades combativas. A paz succede á guerra porque se exgotam, durante esta, as forças, os impetos, as habilidades e os estimulos. De resto a lei da vida é a guerra, e o estado da vida normal é o estado da guerra. O homem não nasce para a paz: nasce para combater. Tudo, n'elle, desde a primeira hora, é combate. Resistir, reagir, viver — é combater. Uma nação cria-se pela força; sustenta-se pela força, e só pela força pode impôr-se. Não se presta (eu o sei!) esta doutrina a lamechices romanticas, a devaneios humanitaristas. Mas ha lá alguma coisa peior do que

as lamechices e os devaneios? Fossem os senhores dizer a Affonso Henriques que não talhasse a golpes de espada os limites politicos da nação —e se andasse a prégar paz e harmonia social entre os povos da Peninsula. Dissessem-lhe que não assaltasse, pela calada da noite, de surpreza, os muros de Santarem, nem faltasse ao compromisso de paz que assumira, em seu nome, Egas Moniz. E Affonso Henriques se ouvisse essas sereias encantadoras da doutrina pacifista — nós não seriamos quem somos. A nossa origem, como a origem de todas as nações é a guerra. E affirmar-se que se deve a não existencia contemporanea das guerras de conquista, á influencia do pacifismo, e da chamada cultura moral, é um erro de observação profundo. As guerras de conquista não existem hoje, como existiram outr'ora, porque são mais difficeis de effectuar hoje — principalmente, em virtude da maior complexidade de interesses, e de ellas effectarem um maior numero de egoismos internacionaes. E' a vivacidade d'esses egoismos constantemente presentes que mantem o chamado equilibrio politico dos povos. Uma hora depois de se reconhecer que esses egoismos estão apagados na maior parte das nações, o desequilibrio é um facto, pelo predominio da menor parte. Repare-se na singularidade dos pacifistas, cuja propaganda em favor da Paz, outra coisa não é que a guerra ás ideias da guerra. Se eu pudesse fazer o mundo a meu modo, e a vida dos homens estivesse subordinada á minha vontade, talvez que me desse ao prazer de fazer dos homens anjos, puros e perfeitos, angelicaes nas suas intenções, femininos e graciosos nos seus gestos — certo como é que mais encanta os meus olhos, a fina haste, esvelta e bella, de uma flôr, do que a grosseira imagem de um canhão de 42. Mas como eu sei que os homens se não subordinam á minha vontade, nem vencem as guerras que são a consequencia fatal dos seus instinctos e sentimentos, e a lei da sua existencia, com hastes esveltas de flôres eu ensino-as a oppôrem aos canhões de 42, canhões mais fortes, e levo á sua consciencia e ao seu espirito a convicção profunda e inabalavel de que é preciso ser forte, amar a Força, cultivar a Força — porque só pela Força se vence. Só são pacificos os povos fracos. Os povos fortes são, naturalmente, guerreiros. Só são pacificos os povos velhos: a fraqueza é symptoma de velhice. Os povos novos são guerreiros, porque a força é symptoma de mocidade. Ninguem contesta que isto assim seja: mas dizem que é um mal e que é um perigo affirma-lo. Eu digo antes que é um perigo não querer reconhece-lo. A melhor maneira de nos defendermos d'elle não é nega-lo ou desconhece-lo: é acceita-lo e sermos, dentro d'elle, um agente da vida.

Pela Historia fora, as nações têm vencido pela Força. Para que havemos nós de procurar iniciar um periodo — sacrificando a existencia do nosso povo, a independencia da nossa nação? (Quando digo *nosso* povo, e *nossa* nação, não me refiro, evidentemente, a Portugal — seja isto dito em parenthesis). O pacifismo francez ia arruinando a França. O nascente pacifismo inglez enfraqueceu a armada. Hoje os patriotas da França e da Inglaterra olham com tremenda animosidade — e com toda a razão — os pacifistas, os humanitaristas, os solidaristas, os criminosos propagandistas do enfraquecimento nacional, do desprestigiamento patriotico que queriam impôr o seu doutrinarismo aos factos, os seus sonhos á realidade, os seus absolutos á contingencia. Não é á volta de Jean Jaurés que a França se une: é á volta de Jeanne d'Arc. Quem acceita a responsabilidade tremenda de formar um povo, quer estando á frente dos negocios da administração publica, quer orientando, por meio do jornal e da tribuna, a opinião nacional, nada tem que vêr (quantas vezes o tenho dito já!) com o seu doutrinarismo pessoal: tem tudo que vêr com as realidades da vida, as exigencias d'essa realidade, e as necessidades effectivas da nação. Quem quizer ser pacifista, que o seja em sua casa, com a mulher e os filhos. Mas não traga o pacifismo para a praça publica, para que o seu paiz não se veja, de um momento para o outro, á mercê de um golpe brusco e forte de qualquer visinho ou de qualquer concorrente longinquo. Os povos como os individuos é na paz que se deixam perverter por faceis vicios e dissolventes costumes. Na guerra tudo é são, porque ella põe á prova todas as qualidades da força e energia e saude, e só deixa viver e dominar quem as possuir. N'este momento mesmo me recordo de um artigo celebre (celebre para mim, pelo menos) de Gabriel Hanotaux, escripto no *Figaro,* ahi nos primeiros dias da guerra, em que elle dizia que o estado da guerra era o estado normal da humanidade, e cantava as beneficas virtudes da guerra. Em companhia de Gabriel Hanotaux, vou em boa companhia, porque elle é um francez, e eu tenho a fama de não ser alliado. Eu creio que depois de acabada a presente guerra, ninguem mais terá o atrevimento de vir exhibir doutrinas pacifistas, antes toda a gente tratará de se preparar para a proxima, que será mais cruel, mais demorada e mais teimosa do que a actual. E, portanto, não mais terei occasião, a não ser a titulo de documentação historica, de me referir á peste pacifista que tanto anarchisou a mentalidade do seculo XIX.

ALFREDO PIMENTA.

Questões Coloniaes

POR

LOURENÇO CAYOLLA

As cartas organicas

Os interesses das nossas provincias ultramarinas teem estado quasi por completo abandonados nos ultimos annos. Successivas mutações ministeriaes, a ponto de em quatro annos e meio se terem organisado e substituido oito gabinetes differentes e obedecendo cada um d'elles a ideias e tendencias as mais oppostas, e a collocação na pasta das colonias de titulares sem preparação nem conhecimentos para o util desempenho de tão elevado posto, explicam sufficientemente que se haja paralysado a obra de transformação e de progresso que vinhamos realisando desde 1890 nos nossos dominios d'alem-mar e que tanto careciamos continuar, sem intermitencias nem desfallecimentos.

O governo presidido pelo snr. Bernardino Machado resgatou alguns dos muitos erros e mesmo crimes que praticou, obtendo a cooperação nas pastas dos extrangeiros e das colonias dos snrs. Freire de Andrade e Lisboa de Lima, cuja incoherencia politica e infidelidade aos principios que sempre haviam defendido não invalidam os seus incontestaveis dotes de saber e a dedicação com que, desde muito tempo, teem estudado o problema colonial em todos os seus aspectos.

Foi effectivamente o snr. Lisboa de Lima que tentou reatar os esforços que antes haviamos realisado para o desenvolvimento economico e politico das nossas possessões.

Até ahi os seus antecessores tinham-se limitado exclusivamente a converter em decretos todas as ideias que os chocolateiros inglezes lhes haviam imposto para se assegurar a repatriação dos trabalhadores indigenas contractados para as roças de São Thomé, nos termos mais gravosos para os respectivos proprietarios. O ministro das colonias de

1914 reconheceu que outros assumptos da maior magnitude exigiam as atenções do governo e que era preciso estuda-los e resolve-los immediatamente. Para isso conseguiu que as camaras votassem os projectos relativos á constituição do fundo de fomento d'Angola e aos emprestimos necessarios para se effectuarem os principaes melhoramentos materiaes d'esta colonia e ás leis organicas da administração civil e da administração financeira das provincias ultramarinas.

Não temos duvida em reconhecer que era acertado o pensamento que guiava o ministro que elaborou esses projectos, porque procuramos sempre ser justos e não nos deixarmos cegar por qualquer paixão partidaria, ao escrever estes modestos artigos. Com a mesma imparcialidade teremos porém de reconhecer que não foi feliz nem intelligente a forma como se realisou o fim a que se aspirava.

Em outra chronica nos referiremos mais especialmente á lei do fomento de Angola. Hoje desejamos falar apenas dos que pretenderam dar ás nossas colonias uma autonomia administrativa e financeira em harmonia com o seu estado social e politico.

Vem de longe a convicção de que as colonias, principalmente as de população, passado o periodo do seu inicio, caminham inflexivelmente para alcançarem a sua independencia completa. Todas as violencias que se empregarem para se contrariarem esse anceio de emancipação serão contraproducentes. Suppondo que a metropole cuide com habilidade dos interesses da região e que administre muito melhor e com mais exito os negocios coloniaes do que os proprios colonos seriam capazes de o fazer e que se preste a sacrificios pecuniarios consideraveis para o desenvolvimento das suas possessões; admittindo até a hypothese de que os proprios habitantes d'ellas reconhecessem que lhe seria conveniente, sob o ponto de vista material, entregarem-se sem reservas á direcção da mãe patria, ainda assim elles não se contentariam com esse bem estar e prefeririam sacrificar uma parte das vantagens de que poderiam disfructar para obter os beneficios moraes da independencia e da liberdade.

Se esses sentimentos forem suffocados pela força crear-se-ha um espirito de revolta cada dia mais intenso, que acabará por explodir com maior impetuosidade, vindo a realisar-se a quebra dos laços que prendiam a colonia á metropole, depois de luctas sanguinolentas, cuja recordação ficará sempre na historia d'aquella como um grito d'odio e prejudicará no futuro os interesses e as afinidades economicas que se deviam manter entre regiões que durante largo periodo tiveram absoluta identidade de destinos.

Foi a Inglaterra que, antes do que nenhuma outra nação colonial, comprehendeu a verdade d'estas palavras e estudou, depois da dolorosa licção da separação da sua maior colonia da America, os

meios de demorar sem atritos a hora da emancipação definitiva das suas colonias. Ainda no seculo XIX, snr. Cornewal Lewis, um dos seus homens de estado e publicistas do maior valor, mostrava, n'um livro que por si só perpetuou o nome do seu auctor, como os maiores males se attenuam e muitas vezes se evitam por completo por concessões parciaes e successivas, correspondentes ao desenvolvimento gradual das colonias. E annos antes, em 1850, lord John Russel, que tão nobre papel desempenhou na politica do seu paiz, proferia na camara dos cummuns estas admiraveis palavras: Prevejo como todos os bons espiritos que um dia chegará em que algumas das nossas colonias se desenvolverão de tal modo em população e em riquezas que ellas virão dizer-nos: «Somos bastante fortes para devermos ser independentes da Inglaterra. O laço que nos liga á mãe patria tornou-se oneroso e chegou o momento, em que, sem ferirmos a amizade e boa alliança com ella, reclamamos a nossa liberdade. E' possivel que esse dia ainda não venha muito proximo. Mas façamos tudo o que estiver em nossas mãos para as tornar aptas a governarem-se por si mesmo. Demo-lhes tanto quanto seja possivel a faculdade de dirigirem os seus proprios negocios. Que ellas cresçam no numero dos seus habitantes e em bem estar e succeda o que succeder, nós, membros d'um grande imperio, teremos a consolação de dizer que contribuimos para a felicidade do mundo».

Palavras nobilissimas, que revelam o mais alto sentimento de abnegação e resumem toda a politica que tem feito o poderio e a gloria da Inglaterra!

Pela nossa parte não fomos dos que mais tarde comprehenderam o alcance e a justiça d'este movimento. Em 1869 o notavel estadista e brilhantissimo escriptor Rebello da Silva publicava o seu decreto de 1 de dezembro d'esse anno, diploma que marca o despertar do moderno movimento colonial do nosso paiz e que muitos consideram como a carta organica do imperio ultramarino portuguez. No luminoso relatorio d'esse decreto, Rebello da Silva sustentava duas ideias capitaes como base da administração das colonias: «alargar a esphera das attribuições da auctoridade superior nos ramos que directamente lhe incumbem e conceder a mais ampla iniciativa ás provincias em posição de poderem usar d'ella utilmente, simplificando, ao mesmo tempo, quanto possivel, o serviço publico».

A organisação administrativa de 1869 constituiu um notavel progresso na nossa legislação ultramarina e póde ser evocada como uma nova prova de quanto são falsas as accusações que nos teem sido dirigidas, descrevendo-nos como uma nação retrograda e excessivamente centralisadora na administração das suas colonias. Poucos annos depois já se reconhecia a necessidade de a modificarmos para correspon-

der ás necessidades do nosso dominio colonial. Assim o affirmava em 1881 o snr. Conselheiro Julio de Vilhena, então ministro da marinha e ultramar. Não teve elle então tempo de dar expressão ás suas ideias. Fê-lo em 1891, voltando á gerencia da mesma pasta, ao crear o Estado da Africa Oriental, dividido em duas provincias e dizendo no relatorio d'esse decreto: «Os governadores das duas provincias devem ter muitas mais attribuições de que os actuaes governadores dos districtos e o commissario regio muitas mais do que o actual governador geral».

Com estas ideias concordava o grande espirito de Antonio Ennes, o estadista insigne que tão raras qualidades de admistrador e de homem de governo soube evidenciar quando dirigiu o ministerio da marinha e especialmente mais tarde quando exerceu o logar de Commissario Regio da provincia de Moçambique, n'uma das horas mais difficeis e de mais decisiva influencia para o futuro da vida d'esta colonia. Elle conhecera de visu as suas necessidades, comprehendera em todos os seus aspectos os problemas cuja solução determinariam as suas prosperidades, o seu progresso social e a eclosão das suas riquezas e por isso poude orientar a colonia n'um caminho do maior desenvolvimento. No seu relatorio de 8 de setembro de 1893, trabalho d'uma intelligencia superior e que todos os que se interessam pelo futuro da provincia de Moçambique deveriam saber de cór, propunha a creação do Conselho de Governo e dos Conselhos administrativos dos districtos e sustentava a opportunidade das suas ideias, nos seguintes termos: «O regimen das relações entre o governo central e provincial precisa ser alterado e alterado em dois sentidos: ampliando-se a esphera da acção ordinaria e legal d'este ultimo governo e restringindo-se a esphera da acção extraordinaria e illegal. Porque em Moçambique é que se ha-de governar Moçambique».

Semelhantes doutrinas eram pois escudadas pelos melhores espiritos da nossa terra. Ellas alcançaram ainda depois o applauso caloroso dos que se seguiram a esses homens illustres no amor ás questões coloniaes, ou haviam sido d'elles eminentes collaboradores. Entre estes é justo citar Eduardo Costa, o distinctissimo official do Estado Maior, infelizmente bem cedo roubado pela morte ao serviço da sua Patria, tão bravo em campanha, como experimentado e sabedor em trabalhos de gabinete, que na admiravel memoria que apresentou ao Congresso Colonial, realisado em 1900 na Sociedade de Geographia, fez d'essas ideias a mais enthusiastica apologia. Tambem as perfilhou com a maior sinceridade o sr. conselheiro Ayres d'Ornellas, um dos mais brilhantes auxiliares de Antonio Ennes, que teve a felicidade de lhes dar execução pratica, quando em 1907 dirigiu com o maior brilho para o seu nome o ministerio da marinha e ultramar.

Pareceu-nos conveniente, para apreciarmos as leis que concederam cartas organicas, sob o ponto de vista administrativo e financeiro, ás nossas colonias, fazer uma rapida exposição da evolução que ha largos annos se vinha realisando em Portugal para se chegar a esse *desideratum*. Era esse um problema cuja resolução vinha germinando ha muitos annos. Não se trata d'uma aspiração que houvesse surgido de repente, nem de actos governativos que não tivessem já origens relativamente muito remotas.

A prova deixamol-a incontestavel na narração que acabamos de fazer e mais a reforçaremos dando uma ideia embora muito resumida dos principios em que se baseou a organisação administrativa promulgada pelo sr. conselheiro Ayres d'Ornellas para a provincia de Moçambique, o que constituirá o assumpto do proximo artigo.

POR

G. JEAN AUBRY

O destino de Byzancio

O centro da acção deslocou-se successivamente de Paris para Londres, Calais e Varsovia; os fracassos dos exercitos allemães nas suas tentativas de offensiva, desde que a guerra se arrasta nas linhas interminaveis das trincheiras, abriu á curiosidade universal mais brilhantes horizontes. A expedição dos Dardanellos, que nós chamamos a IX Cruzada, attrahiu a attenção dos mais distantes expectadores. A propria queda de Przemisl que foi um rude golpe para o exercito austriaco e abre á pressão russa a grande planicie hungara, não teve na opinião publica o echo que era justo que tivesse, porque todos os olhares estão voltados para Constantinopla. A tomada provavel d'esta cidade deve annunciar as modificações inevitaveis da carta da Europa e destruir a possibilidade de toda a expansão germanica na Asia.

Durante muito tempo a questão do Oriente pareceu reduzida a Constantinopla e adstricta a um combate sempre adiado para obter a supremacia na lendaria Byzancio. Durante muito tempo a Inglaterra, detentora zelosa e perspicaz das chaves do Mediterraneo, viu na manutenção d'uma Constantinopla ottomana o meio de conter graças ao gargalo do Bosphoro as tendencias expansivas da Russia cuja prolifica colonisação nas fronteiras da Persia e do Afaghanistan começava a inquieta-la.

A' medida que os Balkans se iam libertando do jugo dos janisaros turcos, os bulgaros, os servios e os hellenos começavam a acariciar a ambição de desfraldar a bandeira nacional no alto dos minaretes cu-

biçados e engrandecer assim, d'um só golpe, pela posse d'uma capital mais de dez vezes centenaria, um reino ainda ha pouco conquistado.

A Grecia, que possue Athenas, ambiciona Constantinopla; o Parthenon inveja Santa-Sophia, a ambição hellenica aspira a reunir entre as mãos d'um principe grego, a cidade de Demosthenes e Pericles, de Constantino e de Iréne.

Julgou-se n'um dado momento que os bulgaros, sob o commando do czar Fernando, entrariam em Byzancio, quando ha tres annos os exercitos balkanicos derrotaram os turcos. Mas o orgulho excessivo dos bulgaros habilmente excitado pela tradicional hypocrisia dos diplomatas austriacos provocou a ruptura da Liga Balkanica e a segunda guerra em que se desmoronaram o prestigio e os sonhos bulgaros. Andrinopla cahiu de novo em poder dos turcos e o destino de Byzancio parecia dever ficar muito tempo ainda na dependencia de Mehemet.

Quando os canhões alliados troaram ás portas da velha cidade imperial, as esperanças agitadas surgiram e inquietaram-se. Os povos balkanicos pressentiram, aterrados, que mais uma vez a metropole lhes escaparia e viram brilhar sobre Constantinopla o triplo diadema russo prolongando o poderio imperial dos Tzars desde a cidade de Pedro o grande até ás ilhas gregas.

Ha ainda quem espere ver ámanhã confiados aos cuidados d'uma Commissão Internacional os destinos da capital ottomana, solução ephemera incapaz de manter uma paz estavel e duradoira.

A poucos mezes talvez de se decidir a sua sorte definitiva, o destino de Byzancio é mais mysterioso do que nunca e menos do que nunca propicio a prophecias.

Em todo o caso parece-me que os povos balkanicos podem perder a esperança de vir a possuir Constantinopla. Os servios terão provavelmente a Bosnia e a Herzegovina e esperam attingir o Adriatico. Amanhã esta extensão, comprada caro, á custa da mais sangrenta e nobre das guerras, e a fusão do Montenegro formarão uma grande Servia cujo papel no Mediterraneo augmentará extraordinariamente de importancia.

A Romania, obedecendo á sua politica prudente, obstinada n'uma neutralidade que prejudica os seus interesses, não pode ambicionar senão a Transylvania e a Bukovina. O avanço russo atravez dos Carpathos em direcção a Buda Pest e Czernowicz, ameaça impedir para sempre a realisação dos mais ardentes desejos dos romaicos. A' força de quererem ser espertos, conseguirão os diplomatas d'aquelle paiz outra coisa que não seja alienar as sympathias das grandes potencias?

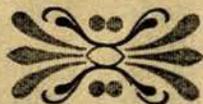
Venizellos que, melhor que qualquer outro, sabe quaes são as bases da grandeza grega, tentou levar a Grecia á intervenção. Mediante uma fraca contribuição militar, — uma divisão e o concurso da sua esquadra, Venizellos assegurava á Grecia o prestigio d'uma acção commum com os alliados, a obtenção de Salonica e de novos territorios para alem de Salonica. Desgraçadamente porem o partido do Rei obstina-se n'uma inacção que só se pode attribuir a uma extrema imprevidencia politica ou a um interesse excessivo pelo destino dos Hoenzollern. Desgostoso e indignado, Venizellos fala de abandonar definitivamente a politica. Seria desastroso que um homem de tamanha envergadura resolvesse recolher-se, n'um exilio voluntario, á sua casa de Creta d'onde partiram todas as iniciativas que fizeram a grandeza da Grecia actual. Não se pode admittir que este homem, o primeiro diplomata da Europa e uma das maiores figuras dos tempos modernos se retire tão cedo da vida publica; mas, como elle proprio disse, ainda que a sua resolução não fosse definitiva, quando elle voltar será tarde de mais. Nunca mais a Grecia terá occasião de augmentar o seu poderio com tão pequeno esforço, nunca mais encontrará a possibilidade de vêr as legiões hellenicas entrar triumphantes em Byzancio.

Perpetuos *desmancha-prazeres* da peninsula, os bulgaros, vendo escapar-lhes Constantinopla, inclinam-se hoje para uns amanhã para outros dos belligerantes. Ora pensam no seu inimigo hereditario, que é o turco, ora nos beneficios que lhes pode trazer o apoio da Russia; mas a falta de vista dos reivindicadores da Macedonia suscita constantes difficuldades. O pesadello do tratado de Bucarest que regulou contra a Bulgaria vencida a segunda guerra balkanica, influe decisivamente na alma bellicosa dos *comitadjs* que já se não preoccupam com Andrinopla nem com Constantinopla mas apenas querem arrancar aos servios e aos gregos a Macedonia que elles dizem bulgara. Ora já no tempo em que Aristoteles educava Alexandre o Grande os gregos estavam na Macedonia ao passo que os bulgaros não passavam ainda d'uma tribu longinqua, vivendo para alem dos Scythas e dos Medos.

Enclinando-se assim successivamente para a direita e para a esquerda, a Bulgaria só conseguirá provocar a severidade dos vencedores. Ao passo que a Servia obteve a sympathia universal pelo seu heroismo e a intelligencia do seu alto commando, a Bulgaria collocou-se mal aos olhos dos diplomatas francezes, inglezes e russos. O recente attentado contra as fronteiras servias acaba de comprometter a reputação d'esse paiz que apenas parece inspirado pelo rancor e o despeito, dois sentimentos que jamais contribuiram para a fundação de imperios duraveis.

N'estas condições o destino de Byzancio parece depender exclusivamente da vontade dos beligerantes alliados. As affirmações de Von der Goltz e de Liman von Sanders provam que Berlim conserva poucas esperanças de assegurar ao Sultão a posse da capital. Resolvida a soffrer perdas mais dolorosas ainda que as do *Bouvet*, do *Gambetta* e dos tres couraçados britannicos, a vontade franco-ingleza não pode, na opinião unanime, deixar de triumphar no Estreito emquanto a Russia triumpha no Bosphoro.

O destino de Byzancio está pois nas mãos dos alliados. E' ainda muito cedo para definir a nova forma que será dada a esta conquista ha quinhentos annos desejada.

A acção militar commum das esquadras inglezas, franceza e russa prova o accordo perfeito que existe entre os gabinetes de Londres e de Petrogrado durante tanto tempo separados por este commum objectivo. Não tardará que Byzancio retome na christandade o seu papel historico e que o espirito greco-latino possa dominar toda a extensão do Mediterraneo.

Factos e Criticas

Primeiro jantar mensal dos collaboradores da «IDEIA NACIONAL»

No ultimo numero publicámos um breve relato do que foi o primeiro jantar mensal dos collaboradores d'esta Revista que se realisou no passado domingo em Coimbra, sob a presidencia do nosso illustre amigo senhor Conselheiro Ayres de Ornellas, reservando para hoje a publicação dos nomes das pessoas que n'elle tomaram parte ou que a elle se associaram. Entre a assistencia notámos os senhores:

Conde de Bertiandos, Conselheiros Ayres de Ornellas, José de Azevedo Castello Branco, Antonio Cabral, José Jardim, Costa Allemão, Conde de Vinhó e Almedina, João de Almeida, Dr. Antonio Emilio d'Almeida Azevedo, Conde da Ponte, Dr. Carlos Braga, Conde da Aurora, D. José Manuel de Noronha, Dr. Alberto Monsaraz, João do Amaral, Luiz d'Almeida Braga, Dr. Antonio Sardinha, Dr. Pires de Lima da Fonseca, Francisco Ramalho, Caetano da Costa de Macedo, Antonio Monteiro de Proença, Januario Pereira de Macedo, Antonio Mendes Alçada, Fernando Salazar, Americo Garcia, Dr. Alvaro Cabral Loureiro, Luiz Vieira de Castro, Francisco Caracol Soares Victor, Dr. Francisco Pinto Teixeira, Antonio Vieira de Carvalho, Dr. Raphael Baptista Nobre Sobrinho, Dr. Gonçalo Christovam de Meyrelles Teixeira Coelho, José d'Almeida Azevedo, Padre Adriano Moniz, Dr. Carlos d'Almeida Braga, Dr. Sebastião Jose de Carvalho, Dr. José Antunes Maia, Dr. Antonio Maria Antunes Maia, Mario Correia, Dr. Joaquim d'Almeida Braga, Dr. José Peixoto Ponces de Carvalho, Francisco de Abreu Castello Branco (Fornos), Dr. Antonio Thomaz d'Abreu Freire de Azevedo Bourbon, João de Abreu (Fornos), Affonso Augusto Duarte, Dr. Antonio d'Antas de Barros, Dr. João Brito e Silva, Dr. Antonio Rodrigues Pinto, etc., etc.

Na meza foram recebidos telegrammas de solidariedade dos snrs. Conselheiros Luiz de Magalhães, D. Luiz de Castro e José Lobo, Rocha Martins, Jorge de Mendonça, Victor Falcão, Dr. Valle Guimarães, Jayme Duarte Silva, Moreira d'Almeida, Filinto de Moraes, dr. Alfredo Pimenta, Conde e Visconde do Ameal, Pedro de Sande Maria Ayres de Campos Vieira da Motta (Ameal), J. M. d'Oliveira Mattos, Carlos d'Almeida, Manuel Dias Pimentel Junior, dr. Adolpho Guimarães, Adrião de Moura Forjaz de Gusmão, Joaquim Correia Coimbra Leitão, José Miranda, dr. José Maria de Gões Mendanha Raposo, Antonio de Assis Teixeira C. de Magalhães e Menezes (Felgueiras), Antonio d'Oliveira Salazar, dr. Fortunato d'Almeida, João Francisco Cavaco, Antonio dos Reis, José de Sainte-Marie de Moraes, dr. Carlos de Sacadura Botte Pinto de Mascarenhas, Godinho de Mattos, dr. Gonçalves Guimarães, D. Miguel Osorio Cabral de Alarcão, Visconde de Fijó, dr. Mario de Aguiar, B. Tinoco, dr. Sampayo Maia, A. Rainha, José Antonio Dias Pereira, Francisco Augusto Martins de Carvalho, Padre Antonio Luiz de Oliveira, Pedro de Mascarenhas de Lemos, Padre João Augusto Antunes, Capellão Môço Fidalgo da Casa Real, dr. Bernardo de Madureira, Francisco Barreto de Souza Alvim Caldeira Castel-Branco, Emilio Faro, Padre Antonio Antunes, Capellão Naval, Antonio Barata de Tomar Pereira Coutinho, dr. Mario Ramos, Antonio Augusto de Mattos Mascarenhas de Mancellos, José Augusto Gaspar de Mattos, dr. Luiz Maria da Silva Ramos, Nuno de Moura Teixeira, José Telles, dr. Antonio Homem de Mello, Conde de Agueda, dr. Manuel Gonçalves Cerejeira, José Maria de Abreu Freire, José Freire de Novaes, dr. Alberto Pinheiro Torres, Alberto Ribeiro Dias da Costa, etc. etc.

D'entre os telegrammas e cartas recebidas destacaremos esta, muito interessante do snr. dr. Alfredo Pimenta (Lord Henry):

Meu querido amigo: — Vão os collaboradores d'*A Ideia Nacional*, em jantar amistoso, celebrar a sua solidariedade (como direi?) conservadora. Não posso, por motivos que não veem para aqui, assistir a essa festa para a qual você tão gentilmente me convidou. Penalisa-me o facto, por não me encontrar no meio de creaturas amaveis, em uma hora amavel, mas, por outro

lado, alegra-me o vêr que não posso assistir — evitando, assim, lançar na alegria d'essa hora, a nodoa do meu tedio que é cada vez maior. Perdi o meu Riso, não sei já quando, nem vale a pena averiguar. E do sorriso que ficou — só resta hoje, verdadeiramente, meu caro amigo, um pallido, um frouxo, um enygmatico franzir de labios — que eu não sei se ainda é a sombra do sorriso ou se é tão sómente uma expressão banal e amarga de enfado.

Eu devia á sua amizade e á consideração que me merecem os seus collaboradores, esta explicação ligeira da minha ausencia. Espero que V. faça o favor de, por meio d'*A Ideia Nacional*, a levar ao conhecimento de todos os que, no proximo domingo, á sua volta, se juntam, e nos quaes eu me incluiria, se não fossem as razões acima invocadas. No entanto, em espirito, lá estarei.

Shake-hands.

Alfredo Pimenta (Lord Henry).

O Livro do dia

O VALOR DA RAÇA
por
Antonio Sardinha

O snr. Dr. Antonio Sardinha, cujo nome illustre é conhecido de todos os leitores d'*A Ideia Nacional*, acaba de publicar um trabalho notabilissimo, *O Valor da Raça*, que tem sido muito discutido na imprensa portugueza.

Não podemos, por absoluta falta de espaço, analysar com o vagar que ella exige, a bella obra do talentoso e erudito escriptor integralista. Mas não queremos deixar de apontar aqui aos nossos leitores, como um livro que *todos* os portuguezes devem ter, *O Valor da Raça*, e de prestar homenagem, a homenagem mais profunda e mais sincera, ao seu auctor que acaba de enriquecer com um trabalho de alto valor as lettras portuguezas e que está prestando relevantes serviços á causa conservadora.

O snr. Dr. Antonio Sardinha deu-nos a honra de collaborar na *Restauração* e esperamos que poderá começar brevemente a collaborar com regularidade n'*A Ideia Nacional*, contribuindo assim para tornar ainda mais interessante esta Revista.

Ao illustre escriptor agradecemos o exemplar d'*O Valor da Raça* que teve a gentileza de nos enviar acompanhado de palavras muito amaveis para o nosso Director.

Os acontecimentos de Coimbra

Foi nomeado syndicante aos acontecimentos de Coimbra o snr. Dr. Fernando Costa, chefe dos evolucionistas n'aquelle districto.

Esta nomeação é escandalosa, não porque o snr. Dr. Fernandes Costa nos não mereça consideração pessoal mas porque, sendo o chefe evolucionista do districto de Coimbra, não pode deixar de deturpar os factos para salvar a responsabilidade dos seus correligionarios que tiveram a maxima responsabilidade nos acontecimentos do ultimo domingo.

Isto não é serio e não percebemos como o governo foi levado a um tal acto que representa uma parcialidade escandalosa.

«A Cambada»

Vae reapparecer *A Cambada*, o vigoroso pamphleto do nosso querido collega e amigo Victor Falcão, antigo secretario geral d'*A Restauração*. A 1.ª serie obteve um collossal sucesso. E' de prever e de desejar que o publico lhe dispense agora o mesmo acolhimento.

A Cambada que se publica todas as 5.a feiras, tratará todos os assumptos de actualidade politica, litteraria e artistica, criticados com o vigor e o fino espirito de Victor Falcão que é um dos nossos mais talentosos e intemeratos jornalistas.

Abraçando affectuosamente o nosso illustre collega, desejamos á *Cambada*, que reapparece hoje, todas as prosperidades.

«O Povo de Aveiro»

Reappareceu no ultimo sabbado *O Povo de Aveiro*, suspenso arbitrariamente pelo governo provisorio em janeiro de 1911.

Do seu artigo de fundo, intitulado *A' volta do Exilio*, transcrevemos os seguintes periodos que mostram bem a

attitude do snr. Homem Christo, cada vez mais incompativel com a reles demagogia republicana:

"Não mudei, não mudo, porque não muda quem foi sempre sincero, quem fez da sinceridade condição suprema dos seus actos: quem é susceptivel d'indignação e de revolta, e só a mais completa e absoluta podridão humana é capaz de não se revoltar e indignar com o que se passa ha quatro annos e meio n'esta patria desgraçada; quem é bastante intelligente para reconhecer que seria a ultima degradação e a ultima estupidez renegar um passado honesto e altivo para se tornar pulha aos 55 annos d'edade. Ah, não! Descançae. A sepultura está perto. A vida não tem, não pode ter encantos para quem já viveu 55 annos d'uma existencia asperrima, cruciante, amargurada. Ainda que eu não fosse quem sou, *e sou quem sou*, ainda que Deus me não tivesse dado de nascença envergadura para olhar com desprezo estes tyrannetes reles e estas bestas, teria a sufficiente noção das circumstancias, da minha dignidade, da minha intelligencia e da minha consciencia para não comprar com uma abdicação ignobil uns dias de vida que me restam.

Do alto das minhas virtudes, conscio dos meus serviços á obra honrosa e gloriosa da regeneração d'esta raça degradada, orgulhoso dos meus soffrimentos pelo bem publico e altivo do meu passado de combate, olho com o mais profundo nojo, e sem esperança de os vêr seguir outro caminho mas nem por isso resolvido a calar-me ou agachar-me, o mar de lama, a vil prostituição em que se afogam estes bandalhos. E sendo assim, é claro que não venho *para Portugal*. Venho a *Portugal*, certo de que lo menos que poderá acontecer-me será retomar o caminho do exilio, *escorraçado*, como elles dizem, d'esta patria, onde, decididamente, não podem cohabitar com os sapos que n'ella enxameiam os homens d'alguma intelligencia e algum caracter.

Ha cem annos que todos quantos teem tido algum valor positivo n'esta terra fogem espavoridos, para se encerrarem n'uma abstenção de nojo, das quadrilhas partidarias. Eu não fujo. Eu não me abstenho. Jamais cruzarei os braços. A morrer carpindo como Alexandre Herculano, Mousinho da Silveira e Passos Manuel, prefiro morrer como o conde de Abranches descarregando golpes sobre golpes na infame villanagem".

Dr. Carlos Braga

Tivemos ha dias o prazer de abraçar em Coimbra o nosso querido amigo snr. dr. Carlos Braga, antigo governador civil de Braga e de Aveiro, nosso companheiro de exilio e um dos mais dedicados e talentosos defensores da causa monarchica.

O snr. dr. Carlos Braga é o pae do presidente da direcção politica do Centro Monarchico Academico de Coimbra e distinctissimo escriptor, snr. Luiz d'Almeida Braga, por cujo talento e virtudes de coração e de caracter temos a mais alta consideração.

Aos dois affectuosos cumprimentos.

Agradecimento

A todas as pessoas que nos escreveram associando-se ao jantar dos collaboradores d'*A Ideia Nacional* agradecemos por este meio, na impossibilidade de o fazer individualmente a cada uma d'ellas, essa penhorante prova de solidariedade.

Aos nossos queridos amigos snrs. Alberto Monsaraz, Luis de Almeida Braga e João do Amaral, que foram incansaveis de actividade e dedicação, agradecemos muito especialmente os relevantes serviços que nos prestaram.

Agradecemos egualmente penhoradissimos aos nossos collegas de Lisboa e da provincia e em especial ao *Dia, Liberdade, Nacional* e *Jornal da Noite* os termos amabilissimos em que se referiram a esta festa e ao director d'*A Ideia Nacional*.

Aos nossos assignantes

Prevenimos todas as pessoas a quem tem sido enviada *A Ideia Nacional* que as consideramos assignantes d'esta Revista desde que a não devolvam depois de terem recebido quatro numeros e pedimos-lhes o favor de pagarem promptamente a sua assignatura quando lhes fôr apresentado o respectivo recibo.

Composto e impresso na Typographia de ANTONIO CONCEIÇÃO ROCHA — Rua de Arnellas — AVEIRO.

Summario dos numeros 1 a 8

Summario dos numeros 9 a 17

Summario do n.º 9

Summario do n.º 10

Summario do n.º 11

Summario do n.º 12

Summario do n.º 13

Summario do n.º 14

Summario do n.º 15

Summario do n.º 16

Summario do n.º 17